

PROVA TIPO

1

PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE MACEIÓ

Prova de Conhecimentos Gerais

CADERNO DE QUESTÕES

INSTRUÇÕES GERAIS

1. Este **Caderno de Questões** somente deverá ser aberto quando for autorizado pelo/a Fiscal de Sala.
2. Antes de iniciar a prova, confira se o tipo da prova do **Caderno de Questões** é o mesmo da etiqueta da banca e da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
3. Ao ser autorizado o início da prova, verifique se a numeração das questões e a paginação estão corretas. Verifique, também, se contém **50 (cinquenta)** questões objetivas com 5 (cinco) alternativas cada. Caso contrário, comunique imediatamente ao/a Fiscal de sala.
4. O tempo disponível para esta prova é de **4h (quatro horas)**. Faça-a com tranquilidade, mas **controle seu tempo**. Esse **tempo** inclui a marcação da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
5. Você somente poderá sair em definitivo do Local de Prova depois de **1h (uma hora)** do início da aplicação.
6. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, confira seu nome, número do seu documento de identificação e tipo de prova.
7. Em hipótese alguma, ser-lhe-á concedida outra **Folha de Respostas** de questões objetivas.
8. Preencha a **Folha de Respostas** de questões objetivas, utilizando caneta esferográfica de tinta azul ou preta fabricada em material transparente. Na **Folha de Respostas** de questões objetivas, preencha completamente o círculo correspondente à alternativa escolhida, conforme o modelo:

	A	B	C	D	E
1	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input type="radio"/>	<input checked="" type="radio"/>	<input type="radio"/>
9. Será atribuído o valor ZERO à questão que contenha na **Folha de Respostas** de questões objetivas: dupla marcação, marcação rasurada, emendada ou com "X", não preenchida totalmente ou que não tenha sido transcrita.
10. A correção da prova objetiva será efetuada de forma eletrônica, considerando-se apenas o conteúdo da **Folha de Respostas** de questões objetivas.
11. Caso a Comissão julgue uma questão como sendo nula, os pontos serão atribuídos a todos/as os/as candidatos/as.
12. Não será permitida qualquer espécie de consulta.
13. Ao terminar a prova, **devolva** ao/à Fiscal de Sala este **Caderno de Questões**, juntamente com a **Folha de Respostas** de questões objetivas, e **assine a Lista de Presença**.
14. Caso o queira levar este caderno de questões, o candidato/a deverá permanecer na sala até às 16h45.
15. **Para garantir a lisura nos procedimentos de aplicação da prova, os/as 3 (três) últimos/as candidatos/as somente poderão ausentar-se da sala juntos/as, após a assinatura da Ata de Encerramento de provas. Caso algum dos/as 3 (três) últimos/as candidatos/as se recuse a permanecer na sala até o momento da saída em conjunto, será eliminado do processo de escolha.**
16. **Assine** este Caderno de Questões e **coloque** o número do seu documento de identificação (RG, CNH etc.).

Boa Prova!

N. do doc. de identificação (RG, CNH etc.):

Assinatura do/a candidato/a:

CONSELHO MUNICIPAL
DOS DIREITOS DA CRIANÇA E
DO ADOLESCENTE DE MACEIÓ -
CMDCA

2023

CONHECIMENTOS GERAIS

QUESTÃO 01

No que concerne ao Conselho Tutelar, em referência ao processo de escolha dos Conselheiros, suas atribuições, direitos e poder de requisição, o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 136, prevê que

- A) é reconhecido ao conselheiro o direito à prisão especial.
- B) o processo de eleição de conselheiros tutelares, necessariamente, deve ser acompanhado pela Justiça Eleitoral.
- C) os conselheiros poderão aplicar aos adolescentes quaisquer medidas protetivas previstas no ECA e, no campo infracional, tão somente a medida socioeducativa de advertência.
- D) dentre suas atribuições está a possibilidade de concessão de guarda provisória, quando houver indícios suficientes de que a criança ou o adolescente é vítima de abuso sexual no âmbito doméstico.
- E) o Conselho Tutelar possui atribuição de assessorar o Poder Executivo local na elaboração de proposta orçamentária para planos e programas de atendimento acerca dos direitos de crianças e de adolescentes.

QUESTÃO 02

A Lei Federal nº 12.594/2012, que instituiu o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e regulamenta o cumprimento de medidas socioeducativas, impostas a adolescentes autores de atos infracionais, em referência à atuação do Conselho Tutelar, em seu Capítulo V - da avaliação e acompanhamento da gestão do atendimento socioeducativo, art. 18, determina, expressamente, que

- A) compete ao Conselho Tutelar as funções deliberativas e de controle do Sistema Municipal de Atendimento Socioeducativo.
- B) o Conselho Tutelar deve comunicar, semestralmente, o rol de orientadores credenciados para a execução das medidas em meio aberto, para o Ministério Público e para o Poder Judiciário.
- C) a audiência concentrada, definida na lei como o ato que antecede o pedido de substituição da medida socioeducativa em curso por outra menos gravosa, poderá ser requerida pelo Conselho Tutelar.
- D) o Conselho Tutelar deverá garantir ao adolescente a presença de defensor durante sua oitiva informal, bem como na audiência de advertência, a qual deve ser designada no início da execução das medidas de restrição ou de privação de liberdade.
- E) o órgão deverá participar, a cada três anos, de todo processo de avaliações periódicas do Plano de Atendimento Socioeducativo junto ao Poder Judiciário, ao Ministério Público e à Defensoria Pública, para promover a melhora da qualidade da gestão e do atendimento socioeducativo.

QUESTÃO 03

A senhora Cláudia é genitora de Miguel e de Vitória, ambos com 6 (seis) anos de idade, pela condição de gemelar. Ela é viúva; seu marido Pedro faleceu em um acidente de moto. A genitora pretende viajar com as crianças da Comarca do Estado em que residem para a Comarca de outro Estado brasileiro para visitar amigos. Ela comprou passagens aéreas e irão acompanhados da avó paterna (genitora de Pedro), senhora Ana. Conforme descrito, o genitor das crianças é falecido; contudo, no momento do embarque, foi exigida a certidão de óbito do genitor, mas Cláudia a esqueceu em casa, e, prontamente, apresentou sua certidão de casamento e a Cédula de Identidade original dos quatro passageiros. Porém, as crianças foram impedidas de embarcar pela companhia aérea, alegando à exigência da presença do genitor ou a apresentação da prova do óbito e/ou a autorização de viagem. A conduta do representante da companhia aérea está

- A) errada, porque foi provado o óbito do pai por duas testemunhas idôneas (mãe e avó das crianças), o que supre a falta da prova documental ou a autorização de viagem pelo falecido ou judicial.
- B) correta, porque não se trata de comarca contígua à residência da criança, ainda que na mesma Unidade da Federação, e não está incluída na mesma região metropolitana.
- C) correta, porque a criança, ainda que acompanhada de duas pessoas maiores, não tinha autorização expressa do pai com firma reconhecida e não houve comprovação do alegado óbito.
- D) correta, porque, independentemente do grau de parentesco, no caso de óbito, faz-se necessária a apresentação da documentação, para que a liberação para viajar seja autorizada.
- E) errada, porque a criança estava acompanhada de ascendente maior, até o terceiro grau, comprovado o parentesco.

QUESTÃO 04

Em relação à posição do Conselho Tutelar no Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, como definido na Resolução nº 113/2006, do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda, é correto afirmar que ele integra, ao lado

- A) dos conselhos de direito, os eixos estratégicos de promoção dos direitos de crianças e de adolescentes.
- B) dos órgãos da magistratura e de públicos-ministeriais, o eixo estratégico judicial do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- C) do poder judiciário e de outros serviços de assessoramento jurídico e de assistência judiciária, o eixo estratégico da defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes.
- D) da advocacia pública e privada, o eixo estratégico de prevenção da violação dos direitos humanos da criança e do adolescente do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.
- E) do Ministério Público, dos serviços e programas das políticas públicas, e dos serviços de proteção social especial, o eixo estratégico de controle da efetivação dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 05

Dadas as afirmativas a respeito do ECA,

- I. A garantia da prioridade, da qual gozam crianças e adolescentes, compreende a primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias, a precedência de atendimento nos serviços públicos, a destinação privilegiada de recursos públicos, e a preferência na formulação e na execução de políticas sociais públicas.
- II. É obrigação do poder público e das instituições de saúde particulares, ainda que não conveniadas ao Sistema Único de Saúde – SUS, fornecer assistência psicológica à gestante e à mãe, no período pré e pós-natal, até mesmo para prevenir ou minorar as consequências do estado puerperal.
- III. Os hospitais públicos e particulares são obrigados a proporcionar condições para a permanência integral de ambos os pais ou do responsável, durante a internação de criança ou de adolescente.
- IV. O lapso temporal máximo para a permanência de criança ou de adolescente em programa de acolhimento institucional é de 1 (um) ano, salvo comprovada necessidade que atenda ao seu superior interesse, devidamente fundamentada pela autoridade judiciária.
- V. Os hospitais, tanto públicos como particulares, são obrigados a manter alojamento conjunto, possibilitando ao neonato a permanência junto à mãe.

verifica-se que estão corretas

- A) I, II, III, IV e V.
- B) I, II e III, apenas.
- C) IV e V, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I e V, apenas.

QUESTÃO 06

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA surgiu em 2006, para assegurar e fortalecer a implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, marco legal que valida os direitos fundamentais da infância e da adolescência. Sobre os órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos – SGDCA, é/são da competência dos órgãos que compõem o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente:

- I. encaminhar ao Ministério Público como destinatário de notícia de fato que constitua infração administrativa contra os direitos da criança ou do adolescente, inclusive violência institucional;
- II. atribuir aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente a atividade fiscalizatória sobre as entidades que executam programas socioeducativos em regime de internação;
- III. indicar o Conselho Tutelar para a condução do adolescente autor de ato infracional à Delegacia Especializada;
- IV. atribuir ao Centro Especializado de Assistência Social a execução da medida socioeducativa de semiliberdade.

verifica-se que está/ão correta/s

- A) I, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 07

Pode-se dizer, pelos números alarmantes das violências praticadas contra crianças e adolescentes, que não faz parte dos costumes brasileiros a resolução dos seus problemas por meio do diálogo e da compreensão mútuas. Ao contrário, é naturalizado por muitas pessoas a resolução dos problemas por meio de agressões físicas e/ou humilhações.

Sobre a prevenção à violação de direitos da criança e do adolescente, de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é correto afirmar que

- A) é proibida a viagem intermunicipal de criança ou adolescente desacompanhado dos pais ou de responsável sem autorização judicial.
- B) as crianças menores de doze anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição de diversões e espetáculos adequados à sua idade, quando acompanhadas dos pais ou responsável.
- C) o dever de prevenir a ocorrência de ameaça ou violação dos direitos da criança e do adolescente incumbe exclusivamente ao Estado, que deve tomar todas as medidas administrativas e legislativas necessárias à preservação de sua integridade.
- D) incumbe ao poder público autorizar, observados os requisitos legais, a permanência temporária de crianças ou de adolescentes em estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congênere ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente.
- E) a Lei nº 13.010/2014, que também ficou conhecida como “Lei da Palmada” ou “Lei Menino Bernardo”, alterou o ECA para reafirmar que a criança ou o adolescente têm o direito de serem educados sem o uso de castigos físicos. A criança foi assassinada por superdosagem de medicamentos em abril de 2014 e, segundo as investigações da polícia, Bernardo era uma vítima constante de tratamentos cruéis e degradantes por parte do pai e da madrasta e já havia procurado ajuda para denunciar as ameaças que sofria.

QUESTÃO 08

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 137, estabelece a possibilidade de revisão das decisões tomadas pelo Conselho Tutelar. Todavia, essa revisão somente será concedida, mediante pedido de quem tenha legítimo interesse, para a

- A) Defensoria Pública.
- B) Promotoria Pública.
- C) delegacia de polícia.
- D) autoridade judiciária.
- E) Secretaria de Ressocialização.

QUESTÃO 09

Em casos de suspeita ou de confirmação da ocorrência de algum abuso de poder ou violação de direitos de adolescente autor de ato infracional, assinale a alternativa correta acerca da competência do Conselho Tutelar.

- A) Como órgão independente e não subordinado ao juiz, os Conselhos Tutelares devem se abster de situações que envolvam medidas socioeducativas.
- B) Os Conselhos Tutelares têm competência apenas para acompanhar os atos infracionais praticados por crianças, aplicando-lhes medidas específicas de proteção.
- C) Os Conselhos Tutelares deverão acompanhar os atos de apuração de ato infracional praticado por adolescente, quando houver violação de direitos, no sentido de providenciar as medidas específicas de proteção de direitos humanos, prevista em lei e cabível.
- D) Apesar de suas determinações possuírem peso de Lei, os Conselhos Tutelares não são um órgão da justiça; portanto, assumem postura de neutralidade quando a situação de violação de direitos se dá no âmbito das medidas socioeducativas.
- E) Como órgão contencioso e não jurisdicional, encarregado por zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, particularmente, por meio da aplicação de medidas especiais de proteção, é vedado aos Conselhos Tutelares executar ou se impor nos casos de aplicação de medidas socioeducativas.

QUESTÃO 10

Acerca de viagens de crianças brasileiras, segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, assinale a alternativa correta.

- A) A autoridade judiciária poderá, a pedido dos pais ou do responsável, conceder autorização para que a criança possa viajar para fora da comarca onde reside, desacompanhada dos pais ou do responsável, com validade por dois anos.
- B) Quanto à autorização judicial, esta poderá ser exigida em casos excepcionais, quando se tratar de comarca contígua à da residência da criança, se na mesma unidade da Federação, ou incluída na mesma região metropolitana.
- C) A autorização judicial pode ser dada a *posteriori* em casos excepcionais previstos em lei, quando se trate de criança ou de adolescente nascido em território nacional em viagem ao exterior.
- D) Nenhuma criança e nenhum adolescente poderão viajar para fora da comarca onde residem, desacompanhados dos pais ou de responsável, sem expressa autorização judicial.
- E) Quando se tratar de viagem ao exterior, a autorização é sempre indispensável.

QUESTÃO 11

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu art. 13, casos de suspeita ou de confirmação de negligências, de discriminação, de exploração, de agressões e/ou de violências contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao

- A) hospital.
- B) Conselho Tutelar.
- C) Corpo de Bombeiros.
- D) estabelecimento de ensino.
- E) Conselho de Direito da Criança e Adolescente.

QUESTÃO 12

Cotidianamente, os meios de comunicação informam sobre abandonos, assassinatos, estupro e maus tratos de crianças e de adolescentes nas cidades brasileiras. Esses fatos que antes eram encontrados, na sua maioria, apenas nas grandes cidades, hoje ocorrem também nas médias e nas pequenas cidades. Sobre violências contra crianças e adolescentes no Brasil, dadas as afirmativas,

- I. No Brasil, milhares de crianças e adolescentes sofrem diversos tipos de violências cotidianamente, comprometendo sua qualidade de vida e seu desenvolvimento físico, emocional e intelectual. A prevenção contra os tipos de violência infanto-juvenil é uma prioridade para os serviços de saúde e de assistência social, os quais em articulação com os demais órgãos do Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente realizam atendimento em rede e acompanhamento domiciliar.
- II. Nos últimos anos de 2018 a 2022, o agravamento das condições de pobreza, o desemprego estrutural e a instabilidade econômica do país foram acompanhadas por queda nos índices de violência sexual contra crianças e adolescentes.
- III. Na última década, os setores policiais que atuam nas áreas urbanas aumentaram. Apesar disso, as estatísticas mostram que houve crescimento nos índices de violência.

verifica-se que está/ão correta/s apenas

- A) II e III.
- B) I e III.
- C) I e II.
- D) II.
- E) I.

QUESTÃO 13

A publicação do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA ocorreu em 1990, com suas disposições legais inscritas na Lei nº 8.069, em 13 de julho daquele ano. O ECA, em concordância com as legislações internacionais, inova ao afirmar que

- A) crianças e adolescentes são indivíduos autônomos e íntegros, dotados de personalidade; porém, na sua relação com o adulto, devem ser tratados como seres passivos, subalternos, não devendo participar das decisões que lhes dizem respeito.
- B) crianças e adolescentes advindos de famílias pobres devem ser afastados do convívio familiar e colocados internos em instituições disciplinares à correção de sua má conduta, pois se acredita que tais comportamentos são hereditários.
- C) crianças e adolescentes são sujeitos de direitos em condição peculiar de desenvolvimento, cuja proteção deve ser de absoluta prioridade da família, da sociedade e do Estado.
- D) crianças e adolescentes, os menores, são objeto de medidas judiciais, quando encontrados em situação irregular, isto é, privados de condições essenciais à sua subsistência.
- E) crianças e adolescentes são delinquentes, seres subalternos ou meros objetos de controle do poder judiciário.

QUESTÃO 14

Conforme a Lei nº 13.431, de 4 de abril de 2017, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente – SGDCA, para a vítima ou testemunha de violência, define

- A) o depoimento sem danos como a oitiva de crianças e de adolescentes, vítimas de violência sexual com observância de procedimentos que preservem sua integridade psicológica e previnam a revitimização.
- B) a escuta protegida como o procedimento humanizado de inquirição de crianças vítimas de violência ou negligência, mediada por profissionais especializados, em âmbito judicial ou extrajudicial.
- C) a escuta especializada como a oitiva da criança vítima realizada em local separado, por profissional especializado, preservando-se a imagem e a intimidade da criança.
- D) a entrevista forense como o procedimento, orientado por protocolos, de inquirição de criança ou de adolescente vítima ou testemunha de violência ou de negligência.
- E) o depoimento especial como o procedimento de oitiva de criança ou de adolescente vítima ou testemunha de violência perante autoridade policial ou judiciária.

QUESTÃO 15

Discutindo-se sobre a prioridade absoluta das crianças e dos adolescentes brasileiros e sobre o respeito aos sujeitos em condição típica de desenvolvimento, assinale a alternativa correta acerca dos princípios norteadores do atual direito da infância e da juventude.

- A) O Código de Menores, lei anterior ao Estatuto da Criança e do Adolescente, foi à primeira lei brasileira a garantir algum tipo de proteção especial a todas as crianças e adolescentes, reconhecendo-lhes a condição de hipossuficiência.
- B) O princípio da “brevidade”, previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente, diz respeito à necessidade de celeridade do processo de adoção.
- C) A prioridade absoluta a crianças e a adolescentes, bem como o respeito ao segmento, como pessoas em condição peculiar de desenvolvimento, são princípios norteadores do atual direito da infância e da juventude.
- D) À criança ou ao adolescente em situação de risco, são aplicadas as chamadas medidas socioeducativas, previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- E) O princípio do melhor interesse da criança foi instituído para garantir sua guarda e a responsabilidade ao genitor com melhores condições econômicas de prover-lhe o sustento.

QUESTÃO 16

De acordo com o art. 2º do Estatuto da Criança e do Adolescente, “considera-se criança, para os efeitos do Estatuto da Criança e do Adolescente, a pessoa até _____ anos de idade incompletos; e adolescente, aquela entre _____ anos completos e _____ anos de idade incompletos”.

Assinale a alternativa que preenche corretamente as lacunas

- A) dez / dez / dezoito.
- B) doze / doze / dezoito.
- C) onze / onze / dezoito.
- D) dez / dez / dezessete.
- E) doze / doze / dezessete.

QUESTÃO 17

O Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu art. 98, versa sobre as entidades de atendimento à criança e ao adolescente no Brasil. Elas têm por objetivo a execução de medidas de proteção ou socioeducativas para crianças e adolescentes em situação de risco pessoal ou social e por terem seus direitos violados. Em se tratando ainda sobre entidades de atendimento, a Guia de Acolhimento, conforme prevista no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, é expedida apenas pelo/a

- A) Conselho Tutelar em favor de famílias que acolhem crianças e adolescentes provisoriamente afastadas do convívio com seus pais ou responsável.
- B) autoridade judicial para encaminhamento de crianças e de adolescentes às instituições que executam programas de acolhimento institucional.
- C) gestor da política de garantia do direito à convivência familiar para controle e monitoramento dos casos de acolhimento familiar e institucional no município.
- D) Conselho Tutelar para inclusão e cadastramento da criança ou do adolescente em risco junto ao Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA.
- E) serventia judicial para fins de inclusão da criança ou do adolescente no cadastro nacional de pessoas em condição de serem acolhidas por família adotiva.

QUESTÃO 18

Na política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, apontam-se para as linhas de ação, as quais também são previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. São linhas de ação da política de atendimento:

- I. serviços especiais de prevenção e de atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão;
- II. serviço de identificação e localização de pais, responsável, crianças e adolescentes desaparecidos;
- III. proteção jurídico-social por entidades de defesa dos direitos da criança e do adolescente;
- IV. campanhas de estímulo ao acolhimento sob forma de guarda de crianças e de adolescentes afastados do convívio familiar e à adoção, especificamente inter-racial, de crianças maiores ou de adolescentes, com necessidades específicas de saúde ou com deficiências e de grupos de irmãos.

verifica-se que está/ão correta/s

- A) III, apenas.
- B) I e II, apenas.
- C) I e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 19

A Resolução nº 113, de 19 de abril de 2006 do CONANDA, dispõe sobre os parâmetros para a institucionalização e o fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Ela estabelece, em seu art. 5º, que os órgãos públicos e as organizações da sociedade civil, que integram esse Sistema, deverão exercer suas funções, em rede, a partir de três eixos estratégicos de ação, quais sejam:

- I. defesa dos direitos humanos;
- II. promoção dos direitos humanos;
- III. controle das ações da sociedade civil pelo governo local.

Dos itens, verifica-se que está/ão correto/s

- A) I, apenas.
- B) III, apenas.
- C) I e II, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 20

Quando se fala de direitos das crianças e dos adolescentes, também se trata da prestação da assistência às pessoas por intermédio de ações de promoção, de proteção e de recuperação da saúde, com a realização integrada das ações assistenciais e das atividades preventivas.

Tal objetivo encontra respaldo no

- A) Sistema de Educação.
- B) Sistema de Segurança Pública.
- C) Sistema Único de Saúde – SUS.
- D) Sistema Único de Assistência Social – SUAS.
- E) Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA.

QUESTÃO 21

Com base no que está previsto no ECA a respeito do Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta.

- A) Lei estadual disporá sobre o local, o dia e o horário de funcionamento do Conselho Tutelar.
- B) Em cada município haverá, no mínimo, um conselho tutelar como órgão integrante do Poder Judiciário estadual.
- C) O exercício efetivo da função de conselheiro tutelar constitui serviço público relevante e presume idoneidade moral.
- D) O candidato a membro do conselho tutelar deve ser pessoa idônea, com idade mínima de dezoito anos completos, e residir na sede do município.
- E) Ao Tribunal de Justiça local caberá encaminhar ao Poder Executivo proposta orçamentária anual com previsão dos recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar.

QUESTÃO 22

Acerca das diretrizes da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta.

- A) Desmobilização da opinião pública no sentido da dispensável participação popular.
- B) Criação e manutenção de programas específicos, observada a centralização político-administrativa.
- C) Proibição de realização e de divulgação de pesquisa sobre desenvolvimento infantil e sobre prevenção da violência.
- D) Municipalização do atendimento, pela descentralização político-administrativa, com a exoneração dos demais entes federados da obrigação em relação à criança e ao adolescente.
- E) Criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas.

QUESTÃO 23

Sobre a evolução histórica dos direitos da criança e do adolescente, assinale a alternativa correta.

- A) Na doutrina da proteção integral, descentralizou-se a atuação, materializando-a na esfera municipal pela participação direta da comunidade por meio do Conselho Municipal de Direitos e do Conselho Tutelar. Criança e Adolescente passaram a ser considerados sujeitos de direitos, cabendo ao Estado, à sociedade e à família assegurarem, com absoluta prioridade, os direitos conquistados.
- B) Na vigência do Novo Código de Menores de 1979, embora, majoritariamente, fosse adotada apenas a denominação “menor”, a doutrina da situação irregular garantiu avanços no atendimento, na promoção e na defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes, reconhecendo-os como pessoas de direitos.
- C) Com a doutrina da proteção integral, além do judiciário, novos atores entram em cena, como a comunidade local, a família e a Defensoria Pública. Entretanto, o Estado passa a ser considerado como um agente de menor potencial de ação, limitando-se à fiscalização dos serviços ofertados.
- D) A doutrina da situação irregular, com ênfase no tratamento jurídico dispensado ao menor se revestiu de um caráter democrático e de respeito à dignidade humana de crianças e de adolescentes pobres.
- E) Antes da doutrina da proteção integral, existia preocupação em manter vínculos familiares, até porque a centralidade na família era a diretriz do tratamento jurídico.

QUESTÃO 24

Fundamentado no que está colocado no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, sobre política de atendimento, garantia de direitos e o Conselho Tutelar, assinale a alternativa correta.

- A) Constitui diretriz da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente a integração operacional de órgãos do Poder Judiciário, do Ministério Público, da Defensoria Pública, do Conselho Tutelar e encarregados da execução das políticas sociais básicas e de assistência social, para efeito de agilização do atendimento de crianças e de adolescentes, inseridos em programas de acolhimento familiar ou institucional, com vista à sua rápida reintegração à família de origem, ou, se tal solução se mostrar comprovadamente inviável, sua colocação em família substituta.
- B) O ECA estabelece a criação de conselhos tutelares e de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, considerando esses órgãos executores das ações da política de atendimento da criança e do adolescente em todos os níveis, assegurando, nesses espaços, a participação da sociedade civil paritária por meio de organizações representativas.
- C) A competência territorial, nas ações que englobam medidas protetivas destinadas a crianças e a adolescentes e as decisões sobre o poder familiar, serão definidas apenas pelo juízo do lugar onde se encontre a criança ou o adolescente.
- D) A garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente constitui obrigação apenas da família, da sociedade e da comunidade, ficando o Estado liberado desse dever.
- E) Os recursos necessários ao funcionamento do Conselho Tutelar devem constar do orçamento anual do fundo municipal dos direitos da criança e do adolescente.

QUESTÃO 25

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, “Os pais, os integrantes da família ampliada, os responsáveis, os agentes públicos executores de medidas socioeducativas ou qualquer pessoa encarregada de cuidar de crianças e de adolescentes, tratá-los, educá-los ou protegê-los, que utilizarem castigo físico ou tratamento cruel ou degradante como formas de correção, disciplina, educação ou qualquer outro pretexto, estarão sujeitos, sem prejuízo de outras sanções cabíveis, a determinadas medidas previstas no Estatuto.”(ECA, 1990, Art. 18-B).

Essas medidas deverão ser aplicadas pelo/a

- A) Conselho Tutelar.
- B) Ministério Público.
- C) Equipe multidisciplinar do CREAS.
- D) Delegacia da Infância e da Juventude.
- E) Juiz da Vara da Infância e Adolescência.

QUESTÃO 26

A Lei Municipal nº 6.378, de 06 de abril de 2015, que trata sobre como a política de atendimento aos direitos da criança e do adolescente será executada no município de Maceió expõe que é vedado aos Conselhos Tutelares:

- A) promover a execução de suas decisões, podendo requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, assistência social entre outras, com a devida urgência, conforme estabelece o Estatuto da Criança e do Adolescente.
- B) indicar a necessidade de criação de novos Conselhos Tutelares, mediante Resolução, sempre que os problemas da Criança e do Adolescente no âmbito do Município de Maceió o exigirem.
- C) ser órgãos responsáveis pela formulação e pelo controle da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente no município.
- D) ser órgãos autônomos, permanentes e não jurisdicionais, que integram a administração pública local.
- E) zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente em sua respectiva região.

QUESTÃO 27

A Lei nº 13.344/2022, que cria mecanismos à prevenção e ao enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente, prevê, em seu capítulo II, art. 8º, que o Conselho Tutelar, junto ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, aos sistemas de justiça, aos serviços de políticas públicas e à escola, poderá, na esfera de atribuições do Conselho Tutelar:

- A) criar Delegacias Especializadas de Proteção à Criança e ao Adolescente.
- B) determinar a apreensão imediata de arma de fogo sob a posse do agressor.
- C) garantir proteção policial, quando necessário, comunicados, de imediato, o Ministério Público e o Poder Judiciário.
- D) estabelecer dotações orçamentárias específicas, em cada exercício financeiro, para a implementação das medidas de assistência à criança e ao adolescente em situação de violência doméstica e familiar.
- E) adotar ações articuladas e efetivas, direcionadas à identificação da agressão, à agilidade no atendimento da criança e do adolescente vítima de violência doméstica e familiar e à responsabilização do agressor.

QUESTÃO 28

O Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023) chama a atenção para as diferentes formas de violência contra criança e adolescente ocorridas no Brasil em 2022. De acordo com o documento, as violências contra aqueles e aquelas que possuem entre 0 e 17 anos cresceram nos últimos anos no Brasil. O estupro é o tipo de crime com maior número de registros contra crianças e adolescentes no país. Em 2022 foram quase 41 mil vítimas de 0 a 13 anos, das quais quase 7 mil tinham entre 0 e 4 anos; mais de 11 mil entre 5 e 9 anos; mais de 22 mil entre 10 e 13 anos e mais de 11 mil entre 14 e 17 anos.

Disponível em: anuario-2023.pdf (forumseguranca.org.br). Acesso em: 7 jun. 2023.

Com base nessas informações e considerando-se o Conselho Tutelar como um dos órgãos que compõe a rede de proteção, assinale a alternativa correta que indica as competências ou atribuições do Conselho Tutelar com relação à questão da violência contra criança e adolescente.

- A) Encaminhar crianças e adolescentes vítimas de violência para exame pericial e enviar inquérito policial ao Ministério Público.
- B) Compete aos serviços que atendem a crianças e a adolescentes a comunicação das situações de violência. É importante lembrar do sigilo no atendimento.
- C) Assegurar as ações para o atendimento dentro dos fluxos pactuados, vinculadas aos planos de atendimento, para garantir a proteção integral e os direitos da criança ou do adolescente.
- D) Compete o registro da denúncia ou notificação da violência no Sistema de Informação para Infância e Adolescência e a identificação dos responsáveis legais pela vítima para os encaminhamentos de urgências.
- E) Criar fluxo mínimo de atendimento para cada tipo de violência e pactuá-lo, conforme a realidade local, para garantir o atendimento integral da criança e do adolescente com agilidade e cautela necessária.

QUESTÃO 29

Sobre a função do Conselho Tutelar em sua relação com o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, assinale a alternativa correta.

- A) O Conselho Tutelar é o responsável pela instalação, treinamento, acompanhamento e manutenção do sistema SIPIA.
- B) O Conselho Tutelar é a base do sistema; é o responsável por receber e apurar denúncias sobre violações, registro de informações e providenciar as medidas que levem ao ressarcimento do direito.
- C) A partir do mapeamento dos dados do SIPIA, o Conselho Tutelar é o órgão responsável pela gestão e pelo planejamento das políticas públicas de atendimento à criança e ao adolescente.
- D) O Conselho Tutelar possibilita a geração de dados e de estatísticas que tornam possível o mapeamento da real condição em que se encontram crianças e adolescentes em situação de risco pessoal e/ou social.
- E) Conhecendo a realidade por meio dos dados fornecidos pelo SIPIA, o Conselho Tutelar pode traçar as diretrizes e as prioridades das políticas de atenção à população infanto-juvenil a serem executadas pelo Poder Executivo.

QUESTÃO 30

Podemos entender o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA, como um/a

- A) unidade física de atendimento à garantia, à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e adolescentes preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA.
- B) plataforma nacional qualificada de apoio e de retaguarda às ações federativas de planejamento, de execução, de monitoramento e de avaliação de políticas públicas relacionadas à pessoa idosa.
- C) unidade de formação e de capacitação para os Conselheiros Tutelares e para os Conselheiros de Direitos, contribuindo para a implantação e o adequado funcionamento de ambos e, assim, para a efetivação do próprio Estatuto.
- D) plataforma nacional de gestão e de monitoramento, voltada aos conselheiros tutelares, conselheiros de direitos, gestores e técnicos de políticas públicas, atores do sistema de justiça, dentre outros relacionados à garantia, à promoção, à proteção e à defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes.
- E) sistema municipal de registro e de tratamento de informações, sobre a garantia, a promoção, a proteção e a defesa dos direitos humanos de crianças e de adolescentes, preconizados no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. O SIPIA tem uma saída de dados agregados apenas em nível municipal e se constitui em uma base única municipal para formulação de políticas públicas no setor.

QUESTÃO 31

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no que concerne à candidatura ao Conselho Tutelar, apresenta as atribuições dos conselheiros, no art. 136 dessa lei.

Acerca dessas atribuições, assinale a alternativa correta.

- A) Aplicar aos pais a suspensão do poder familiar em decorrência de maus tratos constantes em seus filhos.
- B) Aplicar advertência aos pais ou responsável sempre que os direitos da criança e do adolescente forem ameaçados ou violados.
- C) Impetrar mandado de segurança na defesa dos interesses sociais e individuais indisponíveis, afetos à criança e ao adolescente.
- D) Instaurar sindicâncias e determinar a instauração de inquérito policial, para apuração de ilícitos ou infrações às normas de proteção à infância e à juventude.
- E) Conhecer de representações promovidas pelo Ministério Público, para apuração de ato infracional atribuído a adolescente, aplicando as medidas cabíveis.

QUESTÃO 32

No que concerne ao direito à educação, consagrado na Lei nº 9.394/1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, dadas as afirmativas,

- I. A educação infantil gratuita será disponibilizada para as crianças de até 5 (cinco) anos de idade, sendo assegurada vaga na escola pública mais próxima de sua residência a toda criança a partir do dia em que completar 3 (três) anos de idade.
- II. Compete ao Poder Público a oferta de educação escolar regular para jovens e adultos, com características e modalidades adequadas às suas necessidades e disponibilidades, garantindo-se aos que forem trabalhadores as condições de acesso e de permanência na escola.
- III. O acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, podendo qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída e, ainda, o Ministério Público acionarem o poder público para exigí-lo.
- IV. A educação básica obrigatória e gratuita será ministrada dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, sendo organizada da seguinte forma: a) pré-escola; b) ensino fundamental; e c) ensino médio.
- V. O Poder Público deverá garantir atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, de modo transversal, nos níveis da pré-escola e do ensino fundamental.

verifica-se que estão corretas apenas

- A) III e V.
- B) IV e V.
- C) I, II e III.
- D) I, II e IV.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 33

Para a garantia de prioridades previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, deve-se compreender a

- I. primazia de receber proteção e socorro em quaisquer circunstâncias;
- II. precedência de atendimento nos serviços públicos ou de relevância pública;
- III. preferência na formulação e na execução das políticas sociais públicas;
- IV. destinação privilegiada de recursos públicos nas áreas relacionadas à proteção da infância e da juventude.

Das afirmativas, verifica-se que está/ão correta/s

- A) I, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 34

Sabe-se que o Sistema de Informação para Infância e Adolescência – SIPIA registra e trata informações sobre a garantia e a defesa dos direitos fundamentais previstos no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Por meio desse sistema, é possível produzir conhecimentos específicos sobre as situações concretas de violações aos direitos e sobre as respectivas medidas de proteção, bem como ser propositivo na formulação de políticas sociais. Esse sistema oferece, ainda, a possibilidade de sistematizar a demanda dos conselhos tutelares, inclusive por categoria de violação. Pode-se dizer que tal sistema foi previsto para o registro e o tratamento de informações em âmbito

- A) local.
- B) regional.
- C) estadual.
- D) nacional.
- E) municipal.

QUESTÃO 35

O ECA, Lei nº 8.069/1990, em seu capítulo III, das garantias processuais, prevê que nenhum adolescente será privado de sua liberdade sem o devido processo legal. É assegurada, entre outras garantias a de

- A) defesa técnica pelo Ministério Público.
- B) direito de ser ouvido sempre por terceiros.
- C) direito de solicitar a presença de amigos em qualquer fase do procedimento.
- D) pleno e formal conhecimento da atribuição do ato infracional, mediante citação ou meio equivalente.
- E) igualdade na relação processual, sem garantias de confrontar-se com vítimas e testemunhas.

QUESTÃO 36

Representada por um conjunto de entidades, de profissionais e de instituições que atuam para garantir apoio e resguardar os direitos de crianças e de adolescentes, a Rede de Proteção Integral, institucionalizada pelo Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente sinaliza para a necessidade de uma estratégia de gestão pública democrática que valorize a

- A) setorização e a fragmentação.
- B) burocratização e a individualização nos atendimentos.
- C) fragmentação e a individualização das necessidades sociais.
- D) integração das ações e a fragmentação dos problemas sociais.
- E) integração das ações e a intersetorialidade entre as políticas públicas nos atendimentos.

QUESTÃO 37

A promulgação da Lei nº 14.344/2022, também conhecida como Lei Henry Borel, configura-se como um marco legal para estabelecer medidas protetivas específicas para crianças e adolescentes vítimas de violência doméstica e familiar.

De acordo com o art. 21 da Lei Henry Borel, são consideradas medidas protetivas de urgência à vítima de violência:

- I. o afastamento do agressor da residência ou do local de convivência ou de coabitação;
- II. a promoção do contato, por qualquer meio, entre a criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência e o agressor;
- III. a inclusão da criança ou do adolescente, de familiar ou de noticiante ou denunciante em programa de proteção a vítimas ou a testemunhas;
- IV. a necessidade de acolhimento familiar, institucional ou colação em família substituta, quando for comprovada a impossibilidade de afastamento do lar do agressor ou de prisão.

Das afirmativas, verifica-se que estão corretas apenas

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) II e IV.
- D) I, II e III.
- E) I, III e IV.

QUESTÃO 38

O Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte - PPCAAM, criado em 2003 e instituído pelo Decreto nº 6.231/2007, substituído pelo Decreto nº 9.579, de 22 de novembro de 2018, art. 109 a 125, consiste em uma política de proteção à vida de crianças e de adolescentes em ameaça iminente de morte, bem como seus familiares, utilizando-se de metodologia desenvolvida, no intuito de prevenir a letalidade infanto-juvenil em todo o Brasil, por meio da proteção integral e da inserção segura na sociedade em novo território.

A respeito do Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM, assinale a alternativa correta.

- A) Em situações excepcionais, a proteção poderá ser estendida somente aos pais e responsáveis pelo/a adolescente.
- B) Nos casos que envolvem homicídios e tráfico de drogas, a inclusão do/a adolescente no programa estará condicionada à colaboração em processo judicial.
- C) As portas de entrada do PPCAAM são: Conselho Tutelar, Ministério Público, Poder Judiciário e Centro de Referência Especializada de Assistência Social – CREAS.
- D) O PPCAAM é coordenado, nacionalmente, pela Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República e executado pela Secretaria Nacional da Juventude.
- E) A proteção oferecida pelo PPCAAM terá a duração máxima de um ano, podendo ser prorrogada, em circunstâncias excepcionais, se perdurarem os motivos que autorizaram seu deferimento.

QUESTÃO 39

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, em seu capítulo II, artigos de 15 a 18, assegura o direito à liberdade, ao respeito e à dignidade humana, tendo por finalidade colocar a salvo crianças e adolescentes de qualquer arbitrariedade por parte do Estado, da Família e da Sociedade.

Sobre o direito ao respeito, o ECA, em seu capítulo II, art. 17, assegura que esse direito será garantido se for observada/o a/o

- A) inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, abrangendo a preservação da imagem, da identidade, da autonomia, dos valores e das crenças.
- B) imposição de restrições e de limites às suas ideias, à identidade e à participação em espaços públicos e privados.
- C) direito de ir, de vir e de estar nos espaços públicos e comunitários, ressalvadas as restrições legais.
- D) desrespeito e violação dos seus valores e crenças.
- E) direito de buscar refúgio, auxílio e orientação.

QUESTÃO 40

O Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente, institucionalizado pela Resolução nº 113/2006 do CONANDA, constitui-se em uma rede de proteção e de promoção de direitos à infância e à adolescência composta pela articulação e pela integração de órgãos públicos e organizações da sociedade civil, os quais, por meio da ideia de responsabilidade compartilhada, integram o Sistema de Garantia, exercendo suas funções a partir de três eixos estratégicos de ação quais sejam:

- A) defesa, execução e planejamento dos direitos humanos.
- B) articulação, promoção e execução dos direitos humanos.
- C) promoção, planejamento e avaliação dos direitos humanos.
- D) defesa, promoção e controle da efetivação dos direitos humanos.
- E) planejamento, avaliação e monitoramento dos direitos humanos.

QUESTÃO 41

O Estatuto da Criança e do Adolescente define que a respeito do Conselho Tutelar podemos afirmar categoricamente que: é um órgão encarregado de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos no ECA/1990. O município de Maceió possui 10 (dez) Conselhos Tutelares nas Regiões administrativas, cada um com 5 (cinco) membros titulares. Assim é incorreto afirmar:

- A) expedir notificações.
- B) conceder de pedidos de guarda e tutela.
- C) requisitar certidões de nascimento e de óbito de criança ou adolescente quando necessário.
- D) requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.
- E) representar junto à autoridade judiciária nos casos de descumprimento injustificado de suas deliberações.

QUESTÃO 42

A política de atendimento proposta e estabelecida pelo Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, já apontava para a necessidade da articulação entre os serviços de diferentes áreas. Assim, a política de educação faz parte do que hoje se denomina Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente – SGDAC. No universo da área da educação, é notória a forte presença de avós/avôs nas vidas das crianças e dos adolescentes brasileiros, cuidando e assumindo o papel de cuidadores. Acerca dessa questão, para o Estatuto da Criança e do Adolescente, os/as avós integram a família

- A) natural, formada pelos ascendentes e descendentes, podendo viajar somente com ela para o exterior, com autorização do pai ou da mãe, ou do juiz.
- B) natural, formada pelos ascendentes e descendentes, mas não pode, somente com ela, viajar para o exterior, sem autorização de ambos os pais ou do juiz.
- C) natural, formada por parentes próximos, podendo a criança viajar com ela para o exterior com a devida autorização do pai e da mãe, núcleo familiar instituído pela legislação.
- D) extensa ou ampliada, formada de parentes próximos com os quais a criança convive e mantém vínculos de afinidade, mas não pode, somente com ela, viajar para o exterior, sem autorização de ambos os pais ou do juiz.
- E) extensa ou ampliada, formada de parentes próximos com os quais a criança convive e mantém vínculos de afinidade, podendo viajar somente com ela para o exterior, independentemente de qualquer autorização.

QUESTÃO 43

Em Relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente - Direito à Vida e à Saúde, assinale a alternativa incorreta.

- A) O atendimento pré-natal será realizado por profissionais da atenção primária.
- B) Os profissionais de saúde de referência da gestante garantirão sua vinculação, no último trimestre da gestação, ao estabelecimento em que será realizado o parto, garantido o direito de opção da mulher.
- C) Incumbe ao poder público prestar também a gestantes e mães que manifestem interesse em entregar seus filhos para adoção, bem como a gestantes e mães que se encontrem em situação de privação de liberdade.
- D) A Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência deve ser realizada anualmente na semana que incluir o dia 1º de janeiro, com o objetivo de disseminar informações sobre medidas preventivas e educativas que contribuam para a redução da incidência da gravidez na adolescência.
- E) Incumbe ao poder público garantir, à gestante e à mulher com filho na primeira infância que se encontrem sob custódia em unidade de privação de liberdade, ambiência que atenda às normas sanitárias e assistenciais do Sistema Único de Saúde para o acolhimento do filho, em articulação com o sistema de ensino competente, visando ao desenvolvimento integral da criança.

QUESTÃO 44

O Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA estabelece as medidas de proteção que são ações ou programas de caráter assistencial.

Com relação aos dispositivos desse Estatuto, é correto afirmar que

- A) adolescentes com algum problema mental recebem tratamento semelhante aos demais, relativo à prática de ato infracional.
- B) as medidas de proteção voltadas ao restabelecimento do pleno exercício do direito da criança podem ser cumuladas com a medida socioeducativa de advertência, prevista no artigo 112, inciso I, do diploma menorista.
- C) a prática de ato infracional por criança, nos termos do artigo 105 do diploma menorista enseja a aplicação de medidas de proteção e não de medidas socioeducativas.
- D) as medidas de proteção poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, à exceção das previstas no artigo 101, incisos V e VI, do diploma menorista.
- E) o Conselho Tutelar não tem competência para a aplicação das medidas protetivas previstas no artigo 101, incisos I ao VI, do Estatuto da Criança e do Adolescente, a não ser em caso de prática de ato infracional por criança.

QUESTÃO 45

Acerca das medidas protetivas e socioeducativas, dadas as afirmativas,

- I. O acolhimento institucional e o acolhimento familiar são medidas protetivas provisórias e excepcionais, usadas como forma de transição para reintegração familiar ou, não sendo esta possível, para colocação em família substituta.
- II. São atribuições do Conselho Tutelar aplicar, dentre outras, as medidas protetivas de inclusão em programa de acolhimento familiar e colocação em família substituta, e suas decisões somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.
- III. Quando os direitos reconhecidos no ECA forem ameaçados ou violados por ação ou omissão da sociedade ou do Estado ou por falta, omissão ou abuso dos pais ou responsável, a criança ou o adolescente deve receber a medida socioeducativa adequada, dentre as previstas no art. 112.
- IV. A criança e o adolescente estão, ambos, sujeitos ao regime das medidas socioeducativas e ao sistema das medidas de proteção.

verifica-se que está/ão correta/s apenas

- A) I.
- B) I e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.
- E) II, III e IV.

QUESTÃO 46

Em relação ao art. 13 do ECA, acerca da violência contra crianças e adolescentes, dadas as afirmativas,

- I. Os casos de suspeita ou de confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- II. Os casos de suspeita ou de confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados à Delegacia da Criança e do Adolescente da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.
- III. Os casos de suspeita ou de confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados aos pais e/ou responsáveis para que tomem as medidas cabíveis, sem prejuízo de outras providências legais.
- IV. Os casos de suspeita ou de confirmação de castigo físico, de tratamento cruel ou degradante e de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados à Vara da Infância da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.

verifica-se que está/ão correta/s

- A) I, apenas.
- B) I e III, apenas.
- C) II e IV, apenas.
- D) II, III e IV, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 47

No tocante ao Estatuto da Criança e do Adolescente, do Direito à Profissionalização e à Proteção no Trabalho, a formação técnico profissional obedecerá aos seguintes princípios:

- I. garantia de acesso e frequência obrigatória ao ensino regular;
- II. ao adolescente empregado, aprendiz, em regime familiar de trabalho, aluno de escola técnica, assistido em entidade governamental ou não governamental, é liberado trabalho noturno, realizado entre as vinte e duas horas de um dia e as cinco horas do dia seguinte;
- III. a remuneração que o adolescente recebe pelo trabalho efetuado ou a participação na venda dos produtos de seu trabalho desfigura o caráter educativo;
- IV. o adolescente tem direito à profissionalização e à proteção no trabalho, observado o seguinte aspecto, entre outros: não interessa a condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.

Dos itens, verifica-se que está/ão correto/s

- A) I, apenas.
- B) II e IV, apenas.
- C) III e IV, apenas.
- D) I, II e III, apenas.
- E) I, II, III e IV.

QUESTÃO 48

Em Relação ao Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, da Informação, Cultura, Lazer, Esportes, Diversões e Espetáculos, dadas as afirmativas,

- I. O poder público, por meio do órgão competente, regulará as diversões e os espetáculos públicos, informando sobre a natureza deles, as faixas etárias não recomendadas, locais e horários em que sua apresentação se mostre inadequada.
- II. Os responsáveis pelas diversões e pelos espetáculos públicos deverão afixar, em lugar visível e de fácil acesso, à entrada do local de exibição, informação destacada sobre a natureza do espetáculo e a faixa etária especificada no certificado de classificação.
- III. Toda criança ou adolescente terá acesso às diversões e aos espetáculos públicos classificados como adequados à sua faixa etária, e as crianças menores de dez anos somente poderão ingressar e permanecer nos locais de apresentação ou exibição, quando acompanhadas dos pais ou do responsável.
- IV. Os proprietários, os diretores, os gerentes e os funcionários de empresas que explorem a venda ou o aluguel de fitas de programação em vídeo cuidarão para que não haja venda ou locação em desacordo com a classificação atribuída pelo órgão competente. As fitas a que alude o artigo 77 deverão exibir, no invólucro, informação sobre a natureza da obra e a faixa etária a que se destinam.
- V. As revistas e as publicações destinadas ao público infanto-juvenil não poderão conter ilustrações, fotografias, legendas, crônicas ou anúncios de bebidas alcoólicas, de tabaco, de armas e de munições, e deverão respeitar os valores éticos e sociais da pessoa e da família. Os responsáveis por estabelecimentos que explorem comercialmente bilhar, sinuca ou congêneres, ou por casas de jogos, assim entendidas as que realizem apostas, ainda que eventualmente, cuidarão para que não seja permitida a entrada e a permanência de crianças e de adolescentes no local, afixando aviso para orientação do público.

verifica-se que estão corretas

- A) I e II, apenas.
- B) IV e V, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) III, IV e V, apenas.
- E) I, II, III, IV e V.

QUESTÃO 49

A respeito da Lei nº 14.344/2022, conhecida como Lei Henry Borel, dadas as afirmativas,

- I. O Conselho Tutelar, após a vigência desta lei, poderá representar pela autoridade judicial; pelo delegado de polícia, quando o município não for sede de comarca e pelo policial, quando o município não for sede de comarca e não houver delegado disponível no momento da denúncia.
- II. A referida lei não promoveu alteração alguma com relação às medidas de prevenção, nem mesmo com relação às políticas públicas para se coibir o uso de castigo físico ou de tratamento cruel ou degradante contra criança e adolescente.
- III. O Conselho Tutelar, após a vigência desta lei, poderá representar somente ao delegado para requerer o afastamento do agressor do lar, do domicílio ou do local de convivência com a vítima nos casos de violência doméstica e familiar contra a criança e o adolescente.

verifica-se que está/ão correta/s

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.
- E) I, II e III.

QUESTÃO 50

Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, acerca das medidas de proteção à criança e ao adolescente, analise o caso.

No Bairro do Jacintinho em Maceió, o adolescente JSS cometeu ato infracional e, como consequência do seu ato, foi conduzido ao cumprimento de medida de liberdade assistida. O adolescente procurou o Conselho Tutelar responsável por sua região e relatou situação de ameaça de morte. Todavia, JSS já estava sendo acompanhado pelo Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do seu território; entretanto, o conselheiro tutelar reconhece a situação relatada como perigo para a permanência do adolescente em seu local de moradia. O referido conselho vê possibilidade de solicitar sua inserção no Programa de Proteção a Crianças e Adolescentes Ameaçados de Morte – PPCAAM. Dessa forma, decide-se pelo acolhimento institucional do adolescente, entendendo que tal decisão obedecia a um dos princípios que regem a aplicação de medidas específicas de proteção, previsto no art. 100, inciso VI do ECA, qual seja:

- A) privacidade.
- B) proporcionalidade.
- C) intervenção precoce.
- D) responsabilidade primária.
- E) responsabilidade secundária.

ATENÇÃO!

O/A candidato/a está **proibido/a** de **destacar** esta folha com o **gabarito**, sob pena de **eliminação** do processo. Somente o/a **Fiscal de Sala** está autorizado/a a fazer isso no momento da saída do/a candidato/a em definitivo do Local de Prova.

Gabarito do/a Candidato/a

1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	
26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	

EDITAL Nº 001/2023 – PROCESSO DE ESCOLHA UNIFICADO DOS MEMBROS DOS CONSELHOS TUTELARES DE MACEIÓ

Publicação, em meio digital, do Gabarito Preliminar Oficial da prova de conhecimentos gerais em 13/08/2023.

GABARITO OFICIAL

www.copeve.ufal.br

REALIZAÇÃO



www.ufal.edu.br



Você confia no resultado!

www.copeve.ufal.br



www.fundepes.br

